

## ANTENOR NASCENTES, O DIALECTÓLOGO

Sílvia Elia

Antenor Nascentes foi, sabidamente, pioneiro dos estudos dialectológicos no Brasil. O seu *O linguajar carioca*, vindo a lume em 1922, constituiu-se num passo corajoso para o melhor conhecimento da realidade lingüística brasileira. Havia-o precedido de dois anos o excelente *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral, com o qual se faz justamente datar o início da fase científica de nossa Dialectologia. Reconhece-o Antenor Nascentes, ao dedicar o seu estudo a Amadeu Amaral, “que no Dialecto Caipira mostrou a verdadeira directriz dos estudos dialectológicos no Brasil”.

O livro é materialmente modesto, 125 páginas, formato 13 x 18. A matéria está assim distribuída: *Prefácio*, *O dialecto brasileiro*, *Fonologia*, *Morfologia*, *Sintaxe*, *Léxico*, *Vocabulário*. Precede o trabalho uma *Bibliografia* e encerra-o uma *Observação*. A bibliografia é sucinta, pois as pesquisas dialectológicas entre nós praticamente inexistiam (quase sempre se limitavam ao arrolamento de termos regionais ou presumidamente tais), de forma que os títulos ou o eram das principais gramáticas da época (Alfredo Gomes, Lameira de Andrade, Maximino Maciel, Júlio Nogueira, Eduardo Carlos Pereira) ou procuravam selecionar o que de mais proveitoso já se fizera no setor língua portuguesa do Brasil. Daí a inclusão das obras de Solidônio Leite (*A língua portuguesa no Brasil*), Virgílio de Lemos (*A língua portuguesa no Brasil*), Paranhos da Silva (*O idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil*), Sousa da Silveira (*A língua nacional e o seu estudo*). Como trabalhos de cunho dialectológico ou afim, a *Esquise*, de Leite de Vasconcelos, o *Dicionário Gramatical*, de João Ribeiro, o capítulo VIII de *A poesia popular no Brasil*, de Sílvio Romero, em que o mestre sergipano se ocupava com as “Transformações da língua portuguesa na América” e, *last but not least*, *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral. Como obra de confronto, a *Réplica*, de Rui Barbosa.

Pondo de lado, provisoriamente, o capítulo inicial do livro sobre “o dialeto brasileiro” (a ele voltaremos, no final deste artigo), vejamos como o filólogo carioca descreveu a fala corrente de seu torrão natal. Dissemos “fala corrente” e, na expressão, queremos incluir primacialmente o uso *popular* da língua, pois é isto que deflui do termo *linguajar*. No entanto, a linha divisória entre o *familiar* e o *popular* é pouco nítida, como do próprio estudo de Nascentes se poderá verificar.

Nascentes não fez pesquisa de campo, pois então os métodos usados não incluíam inquéritos *in loco*. No entanto, procurou sempre viajar (andou perto de tornar-se um *globe-trotter*), para ter um conhecimento mais direto das variedades regionais brasileiras. Assim é que, na 2ª ed. do *Linguajar* (que chamaremos B), declara, a propósito da divisão que fizera das nossas áreas lingüísticas:

Quando eu fiz aquela divisão, havia percorrido pequena parte do nosso território.

Conhecia Minas, Espírito Santo, Estado do Rio, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Recife, Bahia. (p. 23)

Na referida 2ª ed., apresenta outra distribuição, que assim justifica:

Hoje que já realizei o meu ardente desejo de percorrer todo o Brasil, do Oiapoc ao Xuf, de Recife a Cuiabá, fiz nova divisão que não considero nem posso considerar definitiva, mas sim um tanto próxima da verdade. (p. 24)

Por conseguinte, Antenor Nascentes, embora não se tivesse utilizado dos métodos da Geografia Lingüística, que tanto êxito apresentaram posteriormente, não fez pesquisa limitada-

mente bibliográfica, já que buscou entrar em contato direto com a nossa realidade lingüística. No que diz respeito ao “linguajar” carioca, pôs, nas seguintes linhas, a fundamentação da fidedignidade dos seus dados:

Filho de pais cariocas, nascido e criado no Distrito Federal\*, de onde nunca nos retiramos por prazo excedente a um mês, achamo-nos por conseguinte na segunda hipótese (“pessoa inteiramente alheia às demais variedades do subdiaeto” (carioca)) e nos cremos legítimo representante da fala genuinamente carioca. (p. 21 da 1ª ed.).

Esse trecho aparece assim modificado na 2ª ed.:

Filho de pais cariocas, nascido e criado no atual Distrito Federal (1953), considero-me um legítimo representante da fala genuinamente carioca e me senti habilitado a fazer o estudo dela, por isso e por não ter jamais sofrido influências estranhas. (p. 26)

Foi, portanto, o seu próprio informante\*\*.

O capítulo dedicado à caracterização fônica da fala carioca intitula-se na 1ª ed. (que chamaremos A) *Fonologia* e na 2ª, *Fonética*. Isso pode parecer um retrocesso, mas tal não se dá. Quando Nascentes, em 1922, usou do termo “Fonologia” não tinha ele a mesma acepção que veio a ter depois da publicação dos *Grundzüge*, de Trubetzkoy, que datam de 1939, mas que de fato só passaram a ser difundidos nos países de língua românica com a tradução francesa de 1949, após o término da Segunda Guerra Mundial. E, entre nós, a concepção fonológica da Escola de Praga somente foi introduzida em 1953, com a *Fonêmica*, de Mattoso Câmara Jr.

O seu estudo não tinha sido feito, por conseguinte, com base numa descrição do sistema fonemático da fala carioca e sim consoante o processo então denominado “atomístico”. Por uma questão de probidade, mudou o título do capítulo. Note-se que o citado livro de Câmara Jr. traz a mesma data da 2ª ed. do *Linguajar*: 1953.

Começa Nascentes o capítulo por caracterizar de forma geral a pronúncia carioca, que qualifica como de “frouxidão, demora, sonoridade”, impressão que, diz, é a mesma que se recolhe em todo o país (A 23). Já na 2ª ed. reduz essa impressão a dois traços: *frouxidão e suavidade* (B 27).

Em A declara que “Os fonemas são por assim dizer os mesmos de Portugal” (23). Em B foi mais peremptório: “Os fonemas são os mesmos do português de Portugal” (28).

Passando ao vocalismo, salienta, tanto em A quanto em B, que “em relação à quantidade vocálica”, no Rio de Janeiro, como em todo o Brasil, não há o *e* brevíssimo que existe em Portugal. Ou seja, exemplificando, Br. *quêrer*, Port. *qu’rer*. Outra diferença apontada é a do *o* protônico: breve em Port., longo (em B “menos que longo”) no Rio de Janeiro: *môral* (RJ), *mural* (Port.).

Em relação ao timbre, salienta a inexistência no Rio de Janeiro de protônicas abertas: Br. *padeiro*, Port. *pâdeiro* (o fenômeno, como se sabe, ocorre no Nordeste brasileiro). Acrescenta que, no RJ, também não existem protônicas abertas quando seguidas de certos grupos consonantais, como *çç*, *ct*, *pç*, *pt*: *dirêção*, *dirêtor*, *excêção*, *adôtar* (RJ), diversamente do que se dá em Portugal: *dirêçção*, *dirêctor*, *excêpção*, *adôptar*.

Esse fato tem sido um dos principais obstáculos à unificação ortográfica Brasil-Portugal. Suprimimos, sem muito critério, as tais consoantes mudas (que não são tão mudas assim e reparem com frequência em derivados ou cognatos. Cfr.: *exceção e excepcional*, *caráter e caracteres*, *fato e factual*, *ereção e erecto*, etc.); agora, porém, fica difícil restabelecê-las. Talvez se

\* Entenda-se: a cidade do Rio de Janeiro, então capital da República.

\*\* A partir de agora, as citações da 1ª ed. serão precedidas pela letra A e as da 2ª, pela letra B.

pudesse tomar como regra suprimir apenas aquelas consoantes que não ocorressem em derivados ou cognatos. Destarte as consoantes “mudas” perderiam o seu valor diacrítico e recuperariam aquilo que é prerrogativa da sua própria natureza, ou seja, a articulação.

Passando às vogais tônicas\*, salienta Nascentes a inexistência no RJ de *a* tônico fechado, a não ser diante de nasais. Portanto *cada* e não *câda*, *para* e não *pâra* (exceto em pronúncia afetada, observa Nasc.). O fato é, aliás, comum a todo o território brasileiro e aqui, mais uma vez, mestre Nascentes não evita um paralelo com o português de Portugal, o que é uma forma, de, por oposição, melhor acentuar as marcas distintivas do(s) falar(es) brasileiro(s).

A 1ª pess. do pl. do pres. do ind. e a 1ª do pl. do pret. perf., observa, pronunciam-se do mesmo modo: *amamos* (e não *amâmos*, como em Port. A 24 e B 29). Nascentes mantém a afirmação da ed. A de que na escrita se mantém o acento agudo; todavia, no Vocabulário Ortográfico de 43, já se suprimira esse acento. E, se o Acordo de 45 o restabeleceu, não foi o seu texto ratificado pelo Parlamento Brasileiro.

Nascentes objeta, com razão, que a pretendida distinção necessária desaparece nos verbos da 2ª e 3ª conjugações: *devêmos* (pres. e pret.), *partimos* (pres. e pret.). Logo não é tão necessária assim. Acrescente-se que os portugueses distinguem entre *dêmos* (pres. do subj.) e *démos* (pret. perf.).

Também, diante de nasal, o *o* tônico permanece fechado no RJ e em quase todo o Brasil (cita-se a área paulista como exceção): *Antônio*, *tônico* (e o mesmo para o *e*: *gênio*, *Romênia*). O recente projeto de acordo de unificação ortográfica eliminou drasticamente os acentos de todos os proparoxítonos; bastaria tê-los suprimido em casos como os acima, de ditongo crescente, na sílaba final, pois a sua situação “normal” é a de paroxítonos, que, pois, podem dispensar a acentuação.

Ocupando-se mais detidamente das vozes nasais, diz Nascentes que “sofrem as mais arbitrárias transformações” (A 25, B 31). Ponderamos que as tendências atuais vão no sentido de reduzir ao máximo a dimensão da arbitrariedade. Labov, p. ex., introduziu a noção de “regra variável” (que vale como uma reinterpretação das conhecidas “leis fonéticas”) e cujo sentido pode ser mais bem apreendido nestas palavras de K. M. Petyt:

Mas onde há variação, que é geralmente “estruturada” (i. é, não é variação *livre*, mas decorrente de certos fatores lingüísticos e/ou não lingüísticos), uma regra variável se torna necessária. (*The Study of Dialect*. Londres, Andre Deutsch, 1 980: 149)

O próprio Autor, que, na ed. A, alinhara uma série de “transformações arbitrárias”, diz na ed. B que o *a* passa para um *e* reduzido ou fechado, por influência “dos fonemas vizinhos”. Assinala que o *e* pretônico ou se conserva ou passa para *i* (alteração que também pode ocorrer em Portugal): *êrguer*, *êrrado*, a par de *pidir*, *piqueno*. Note-se que *pidir* é forma arcaica. Em Portugal, o fenômeno é mais geral: *irrado* (por *êrrado*).

Quanto ao *o* pretônico, ensina em A que é fechado e não surdo: *sofrer* e não *sufre*: mas assinala que no RJ pode também ser surdo e exemplifica com *cuzinha*. Em B, alarga a exemplificação: *culégio*, *curtina*, *cumer*. O fenômeno é normal em Portugal: *sumar* (*somar*), *vutar* (*votar*), *furmoso* (*formoso*), *portão* (*portão*). No RJ, é uma tendência, que não atingiu ainda as sílabas fechadas (o mesmo se poderá dizer quanto ao *e*): *cordeiro* (e não *curdeiro*); *porteiro* (e não *purteiro*); *herdeiro* (e não *hirdeiro*). *Curtina* por *corntina* é exceção; cfr. *cortar* e não *curtar*. Note-se que o étimo de *cortina* é controvertido.

Fala, a seguir, Nascentes no “horror ao proparoxítono”, o qual acarreta a síncope das áto-

\* É claro que estamos fazendo um confronto somente entre os pontos mais característicos.

nas postônicas. Daí que a pronúncia popular de palavras como *cócega*, *música*, *árvore*, *xícara*, *abóbora*, *máscara* seja *cosca*, *musga*, *arve*, *xicra*. Saliente-se que, entre oclusiva e r, a queda da postônica é normal nos diminutivos: *chacrinha*, *xicrinha*, *abobrinha*.

No tocante à semivogal i (iod), Nascentes aponta a sua absorção pela consoante anterior: *histora*, *culejo*, *puliça* por *história*, *colégio*, *polícia*.

A tendência da língua foi para a metátese quando o iod era precedido de r; cfr. o sufixo *-ariu* que passou a *-eiro* através de *-airu*. Precedido de consoante velar (/k/ ou /g/), a tendência no latim vulgar foi para uma palatalização, de que resultaram os fonemas /s/ e /j/. Ex.: *facio*>*faço*, *fugio*>*fujo*. É o mesmo caso de *culéo*, *licença*, *negóço*. Precedido de oclusiva, o iod da terminação *-io* desapareceu. Ex.: *limpidu*>*limpio*, arc. (cfr. esp. *limpio*), *turbidu*>*turvio*, arc. (cfr. esp. *turbio*), *viriu* (pelo cláss. *vitreum*)>*vidrio* (cfr. o esp.)>*vidro*, e também *limpo*, *turvo* (exemplos trazidos por Nascentes).

Quanto ao u semivogal (uau), é atraído ou absorvido, ensina Nascentes: *tauba* por *tábua*, *estauta* por *estátua*, *noda* por *nódua* (*nódoa*).

Convém observar que Nascentes em A usa da expressão *semivogal*, que, em B, substituiu por *semiconsoante* e já não escreve i e u e sim y e w.

Passa então a tratar dos ditongos.

Em *ai* assinala a redução antes de palatal: *caxa*, *baxo* e não *caixa*, *baixo*. Note-se que *baxo* é forma arcaica, ainda ocorrente nos *Lustadas*.

Em *au* aponta a sua transição para *ô*: *otoridade* por *autoridade*, *Ogusto* por *Augusto*, *omento* por *aumento*. Note-se que *eu* inicial também pode passar para *ô*: *Osébio*, *Oropa*, *Ogena* por *Eusébio*, *Europa*, *Eugênia*. Os exemplos são de nomes próprios, mas os comuns não estão isentos; cfr. *ocaristia* por *eucaristia*. Observa Nascentes em B que *Ogênia* (por *Eugênia*) é forma de latim bárbaro, pois aparece num título de venda transcrito por Leite de Vasconcelos, em *Textos Arcaicos*. E com base em Serafim da Silva Neto, in *Appendix Probi*, cita as seguintes formas em inscrições latinas: *Olalia* (*Eulália*), *Osevio* (*Eusébio*), *Odracia* (*Eudaxia*). A tendência, portanto, vem de longe.

O ditongo *-ão*, final e átono, reduz-se a *o*: *órfão*>*orfo*, *sótão*>*soto*, *Cristóvão*>*Cristovo*. Nascentes em A compara com as alterações que *sarampão* e *frangão* sofreram na língua portuguesa, ao passarem para *sarampo* e *frango*. Em A acentua *sarâmpão*, mas em B escreve *sarampão*, o que admite uma pronúncia oxítona. Se a palavra é aguda, como o étimo proposto – *sirimpione* – faz crer, então a explicação de que o termo tivesse sido tomado como aumentativo e daí se ter tirado um positivo *sarampo* é plausível; mas, esse caso, não teria havido a redução fonética de *-ão* para *-o*. Quanto a *frango*, de *franganu*, através de *frângão*, a redução fonética seria possível. A não ser que se admita uma pronúncia popular *frangão*, oxítona, e, nessa hipótese, poder-se-ia aceitar explicação similar à de *sarampo* por *sarampão*. Em relação a *Faro*, procede a palavra realmente da forma paroxítona *Fárão*, que ainda ocorre no *Cancioneiro Geral*. Como, aqui, não se pode partir de um aumentativo, fica a possibilidade de uma alteração meramente fonética. Dadas, porém, essas dificuldades e a exigüidade dos exemplos, cremos que, na espécie, não se pode falar em tendência antiga da língua.

A esses exemplos Nascentes acrescenta *bença* por *bênção* e explica bem a terminação a por o, por ser feminina a palavra.

Ao tratar do ditongo *-ei*, aponta a sua redução de *-ei* para *-e* antes de consoante, tanto em A como em B. E exemplifica com *bejo* (*beijo*) e *pexe* (*peixe*), consoantes palatais; em B, acrescenta *Almeda*, *mantega*, *quemar*, *reno*, *primero*, *peto*, *Neva*. Ainda não ouvi *peto* por *peito*, mas é bastante geral no Brasil *colheita* por *colheita*. *Pexe*, como se sabe é forma arcaica, e Nascentes não deixa de lembrar, em rodapé, Camões, nos *Lustadas*, e Fr. Amador Arrais, nos *Diálogos*. Observa que, em *queimar*, *manteiga* e *teima*, a ausência do *i* está de acordo com a etimologia. A respeito dessas etimologias, note-se o seguinte: A primeira proposta para a etimologia de *queimar* foi a de prender essa palavra ao lat. *cremare*, que tem a mesma significação (cfr. catalão *cremar* e esp. *quemar*, sem o *i*). Mas, para explicar o *i* galego-português-leonês, Corominas su-

pôs cruzamento com uma forma *kaïma* do grego bizantino, no sentido de “queimadura”, forma introduzida na Pen. Ibérica pelos médicos do Império do Oriente, de onde um possível *caimare\**. *Manteiga* é de origem controversa, provavelmente pré-romana, segundo Meyer-Lübke, que supôs um *mantaica*. *Teima* tem sido ligado ao gr. *thema* “assunto de uma conversação”; para o *i*, Spitzer lembra *freima* (de *phlegma*), “inflamação”, anteriormente *fleima* (cfr. *fleimão* e *freimão*) e *amorreima* (também *almoreimas*) “hemorróidas”, como bases analógicas. Curioso que, do mesmo *phlegma*, tivemos *freima*, no sentido de “impaciência” e *fleuma*, no de “serenidade”. Salienta Nascentes que a classe culta pronuncia levemente o *i* e, em B, acrescenta “mas os pedantes exageram-no” (p. 42).

Passando ao ditongo *ou*, diz Nascentes em A que “O ditongo *ou* em sua marcha evolutiva se reduz a *ô*” Esse trecho não foi reproduzido em B, onde o que está é o seguinte:

A forma *ô* representa um caso de aproximação do *u* ao *o*; trata-se de um caso de assimilação progressiva (R. de Sá Nogueira, *Boletim de Filologia*, I, 267, 268).

Alude em A à alternância com *oi*, que teria aparecido no séc. XVI e poderia ter-se originado na fala dos judeus, conforme sugere Bourciez. Essa consideração sócio-cultural desaparece em B, onde se diz que “Tal alternância, muito característica da fala portuguesa, não existe no Brasil” (p. 44). Em A admitira ser ela “relativamente rara nas classes cultas” (p. 31). Em B, afirma que, no Rio de Janeiro, como em todo o Brasil, diz-se, p. ex., *dois, coisa, toicinho, ouro, louro*, etc., mas que os pedantes, por lusitanismo, pronunciam *dous, cousa, toucinho, oiro, loiro*, etc. (p. 44). Poderia ter acrescentado, como fez para o *ei*, que o *u* é levemente pronunciado entre as pessoas cultas (e não somente pelos professores de Português, que, afinal, são os mestres que formam as classes cultas nos padrões da língua portuguesa). A respeito de *oi*, lembra, somente em B, que no RJ (como, aliás, em todo o país), *oito e dezoito* são pronunciados com o tônico fechados (em Portugal, *dezoito*).

A parte referente aos hiatos aparece razoavelmente aumentada em B. Em A apontam-se apenas três casos: a) *ie* passando para *ia* (como em *sociadade* por *sociedade*); b) *oa* pronunciado como *oua*, com alargamento da vogal em ditongo (como em *boua* por *boa*); c) redução do *oa* átono de *Joaquim*, pronunciado *Jaquim*.

Em B, desenvolve um pouco mais a aproximação com *piadade* e com *apiadar-se*, forma paralela de *apiedar-se*, de uso clássico. *Piadoso* está nos *Lustadas*. A propósito de *oa > oua* (ou *owa*), alude Nascentes “ao levantamento de uma barreira, com a criação de fonema adventício que não pode deixar de ser de natureza consonântica” (45). E na pág. seguinte, ajunta que “O fenômeno tem certa intensidade no Rio de Janeiro”. Como prova, aduz rimas de Raimundo Correia (nascido no Maranhão, mas que passou parte da infância no Estado do Rio de Janeiro), como *leoa* com *deixou-a*, *garoa* com *aglomerou-a*, *escoa* com *amou-a* (que, aliás, tanto pode pressupor pronúncias como *leoua*, *garoua*, *escoua*, que, correlatamente, exigem a manutenção da pronúncia de *ou* como ditongo em *deixou*, *aglomerou*, *amou*, como, ao contrário, pode fazer supor uma pronúncia menos cuidada *deixô*, *aglomerô*, *amô*, pouco provável num poeta parnasiano, ou ainda, terceira hipótese, ser um caso de rima imperfeita, menos provável ainda, pelo mesmo motivo). Em relação a c), repete o mesmo exemplo *Jaquim* por *Joaquim* (admitindo ainda *Zaquim*).

Vejamos agora as consoantes.

Nascentes estuda primeiro as consoantes simples e depois as agrupadas (em A) ou ligadas (em B).

As consoantes simples apresenta-as em ordem alfabética. Eis as principais observações:

O /b/ jamais se confunde com /v/, como em Portugal. Ajuntemos que há alguns poucos

\* *Étimo aceito por Nascentes no Resumido.*

casos de oscilação, mesmo entre nós: *covarde e cobarde, vßbora e bibra, bravo e brabo*. Para o dialeto caipira, A. Amaral registra, entre outros, *bassora e vassora, berruga e verruga, bespa e vespa*. Também se ouve *barrer por varrer*. É aliás o que Nasc. vai observar adiante, ao tratar do /v/ inicial.

Quanto ao /c/, há casos esporádicos de passagem a /g/: *guspe por cuspe, gosmético por cosmético* (pouco comum).

Quanto ao /l/ final, salienta Nascentes a sua vocalização na pronúncia semiculta. É o que está em B; em A, não se refere ao fenômeno. Diz em B que é pronunciado levemente pela classe culta e que os pedantes exageram essa pronúncia. Atualmente, a tendência para a vocalização se está generalizando. Parece, pois, que, em 1922, o fenômeno ainda não despertava a atenção do dialectólogo, mas que, em 1953 (trinta anos depois), já era mais sensível; essa tendência só tem feito agravar-se. Eis aqui um ponto da pronúncia brasileira que nos parece negativo, pois desfonologiza a oposição -l e -u finais, com evidente dano à clareza da mensagem (cfr. *mau/mal*). Seria salutar uma reação da escola nesse sentido, mesmo porque tal vocalização não é pan-brasileira e a articulação consonantal do /l/ pós-vocálico subsiste em estado latente (*as ma-la-madas*, fonética sintática; *Brasil/brasileiro*, derivação).

Também pode dar-se a queda do -l: *bala de mé por bala de mel*.

Em B, Nascentes se ocupa com o l palatalizado (/lh/), o que não está em A. O fenômeno corrente é a redução do /lh/ a /y/, como em *fôia por folha*, fenômeno que Nascentes atribui à influência afro-índia, pois, diz, nas línguas indígenas e africanas não havia o fonema /lh/. A contraprova seria a permanência do /lh/ em Portugal, mesmo nas classes incultas, que estiveram imunes à dita influência afro-índia. No entanto, o próprio Nascentes aponta “igual fenômeno” em várias línguas românicas e até não românicas. Pode haver também uma despalatalização e o /lh/ reduzir-se a /l/, como em *mulé* concorrendo com *muyé*, língua vulgar, e *filinho, velinha, folinha* (*filhinho, velhinha, folhinha*), linguagem coloquial.

Quanto ao /r/ final, diz Nascentes em A que sofre queda, mas que a classe culta o pronuncia levemente. O mesmo ensina em B, acrescentando que os pedantes exageram na articulação desse /r/. Aqui se pode repetir a observação feita a respeito da vocalização do -l final pós-vocálico: há tendência, mesmo entre as pessoas cultas, para a não articulação dessa consoante em posição final: *amã, devê, parti*. O Prof. Anthony J. Naro, numa pesquisa que fez a respeito, observou que a apócope é mais sensível nos verbos do que nos nomes. De fato, entre as pessoas cultas se ouve a pronúncia “leve” a que se refere Nascentes: *mar, calor, prazer* e não *mã, calô, prazê*. Cfr. a fórmula: *Pra-zê-rem-co-nhecê-lo*. Em B ajunta Nasc. que tal apócope, no Brasil e na América Espanhola, tem sido atribuída à influência africana.

No respeitante ao /s/, o caso mais relevante é o da posição final. Tanto em A como em B, Nasc. assinala o fenômeno da queda. Em A dá o exemplo *ourives > ourive*, exemplo que suprime em B. Em A também declara que tal fenômeno tem repercussão na Morfologia, observação que suprime em B. Estamos de acordo com as duas supressões: o que nos parece é que a supressão do /s/ no plural não é um fenômeno puramente fonético e sim um caso de economia da linguagem, pois se evita a redundância na marcação do plural. Esse o ponto de partida para a queda do /s/ final.

Quanto ao /t/ e ao /d/, registra Nascentes a pronúncia palatalizada (que gera uma africana), antes da vogal palatal. Trata-se de pronúncia corrente no Rio de Janeiro: *djia* (*dia*), *noitxe* (*noite*), *sétxi-i-meia*, etc. Já não há como corrigir essa pronúncia, uma das fontes principais do desentendimento oral entre brasileiros e portugueses.

Passando às consoantes agrupadas, salienta Nasc. a passagem da líquida /l/ à vibrante /r/ nos grupos de oclusiva mais /r/: *broco* (*bloco*), *crube* (*clube*), *frô* (*flor*), *ingrês* (*inglês*). Essa alteração é tão espontânea, que leva à perda do senso da oposição distintiva /l/ x /r/. Ainda que o falante ouça o interlocutor articular *bloco*, repete *broco*. E isso é possível até entre pessoas alfabetizadas. Nasc. aventa, em B, para o fenômeno, a possível influência de um substrato tupi, pois, diz, essa língua indígena não tinha *lê* mas possuía *rê* brando (como em *caro*). Descarta a in-

fluência africana, porque o negro de Angola tinha dificuldade de articular o /r/ português, substituindo-o justamente por /l/ (p. 54): *era* > *ela*. Outra hipótese, também levantada por Nasc. é a de uma tendência da língua, a que chama “degenerativa”: lat. *blandu*, port. *brando*; lat. *flaccu*, port. *fraco*. Dirá ainda que o caso deve ser visto à luz da Fonologia. De fato, a oposição /l/ x /r/ é, em ptg., isolada, sendo, pois, de fraco rendimento. O /l/ também passa a /r/ quando seguido de consoante: *marvado* (*malvado*), *farta* (*falta*), *mardito* (*maldito*), *argum* (*algum*), etc. Acrescentemos que esse /r/ ainda pode vocalizar-se numa palatal: *Albino* > *Arbino* > *Aibino*; *desculpa* > *discurpa* > *discuipa*. Cfr. *carne* > *caine*.

O grupo -*sr* precedido de vogal nasal perde a nasalização (B 59): *Costantino* (*Constantino*), *istrumento* (*instrumento*), *istante* (*instante*), *istituto* (*instituto*). Trata-se de tendência antiga na língua. Cfr.: *monstrare* > *mostrar*.

Caso muito comum é o desfazimento de grupos consonantais ditos impróprios por meio de uma vogal epentética, pronúncia que se ouve também na boca de muitas pessoas cultas: *adevogado* (*advogado*), *pissicologia* (*psicologia*), *penêu* (*pneu*), *praguimática* (*pragmática*), *adiquirir* (*adquirir*), etc. A vogal suarabáctica pode ser *e* ou *i*, distribuição que Mattoso Câmara Jr. explicou por harmonização vocálica (BF do RJ, nº IX).

A seguir expõe Nasc. vários casos de alterações fonéticas atribuídas aos chamados *metaplasmos* (prótese, epêtese, suarabácti, paragoge, aférese, síncope, apócope, metátese, assimilação, dissimilação, nasalização, palatalização, despalatalização), vários dos quais já foram vistos. Registremos aqui alguns casos de metátese, como: *areoplano* por *aeroplano*, *açalpão* por *alçapão*, *bicabornato* por *bicarbonato*, *cardeneta* por *caderneta*, *estauta* por *estátua*, *largatixa* por *lagartixa*, *sastifeito* por *satisfeito*, *tauba* por *tábuca*.

A correta posição do acento tônico gera muitas dúvidas, não só na língua popular, mas também na culta. Alguns exemplos:

*Azafama* (por *azáfama*), *gratuito* (por *gratuito*), *interim* (por *ínterim*), *orquidéia* (por *orquídea*), *rúbrica* (por *rubrica*). *Ruím* (por *ruim*) é hoje pronúncia generalizada. *Hipódromo* por *hipódro*mo praticamente já não existe, devido às transmissões de rádio e televisão, que difundiram a boa pronúncia.

Ao final da exposição sobre os fatos de natureza fonética, refuta Nasc. com razão (em A, mantido em B) a opinião de Solidônio Leite, que atribuía vários fenômenos do falar brasileiro aos contatos com os dialetos indo-portugueses, onde os mesmos fenômenos podem ser observados, e isso em razão do intercâmbio oral entre gente de Goa, Damão e Dio e tripulantes brasileiros de embarcações que andavam à escravatura por Ásia e África.

Passando à Morfologia, chama logo Nasc. a atenção para a perda das flexões de número: só o determinante toma o *s* indicativo de pluralidade. Ex.: *Os menino engraçadinho*. Certas palavras muito empregadas no plural e começadas por vogal tendem a fixar o *s* (pronunciado *z*) do plural em seu início: *meu zóio* (*meus olhos*), *dia de zano* (*dia de/dos anos*). Os nomes em -ão tendem a uniformizar o pl. em -ões: *cidadões*, *irmões*, *tabeliões*. O feminino corrente de ladrão é *ladrona* e não *ladra*.

Em relação aos graus dos adjetivos, Nasc. põe em destaque a preferência pelos comparativos analíticos, que leva a formações pleonásticas, como *mais mió* (*mais bom* não se diz), *mais pió* (*mais mau*, idem), *mais maió* (*mais grande*, idem). *Mais pequeno*, usual em Portugal, pode ouvir-se; mas a forma popular é quase sempre *mais menó*. Em B, junta Nasc. documentação para demonstrar que as formas analíticas *mais grande*, *mais bom* e até *mais melhor* encontram-se em autores portugueses, arcaicos e clássicos. Como formas sintéticas de superlativos que o povo conhece, alinha *Santíssimo* (nome de uma estação ferroviária e integrante da expressão eclesiástica *Santíssimo Sacramento*), *grandíssimo*, usado em fórmulas de insulto, e *coisíssima*, superlativo de subst. comum, encontrado quase sempre acompanhado do indefinido *nenhuma*.

Sobre os numerais pouco há que dizer. Em geral, os ordinais não são usados; em seu lugar vêm os cardinais. No máximo, o povo vai até *décimo*; mas o mais comum é dizer mesmo *o nove*, *o dez*. A respeito de *vigésimo* (ordinal por fracionário, como observa Nasc. em B), diz o autor do

*Linguajar* que o seu uso decorre de ser fração do bilhete de loteria (que contém vinte unidades). Nesse sentido já se empregou *gasparinho*, que me parece ter caído em desuso. A origem do termo, Nasc. explica-a no *Vocabulário* de B: “fração de bilhete de loteria, autorizada pela primeira vez pelo ministro Gaspar da Silveira Martins”.

No tocante aos pronomes, ao tratar dos pessoais, observa Nasc., como não poderia deixar de ser, o uso generalizado de *você* (*vancê, ocê*). *Tu* tem emprego enfático e despectivo: *Tu vai ver quem sô eu*. Salientou muito bem a extensão do reflexivo *se* da 3ª pessoa às demais: *Nóis se zangô c’ele, Tu já se casô?* Fora de expressões religiosas estereotipadas, o tratamento de *vós* desapareceu. Salienta a indistinção entre os demonstrativos *este e esse* (em B). Também somente em B refere o mau uso do relativo *cujo*: *Comprei uma casa, cuja casa...*

Com relação ao verbo, o fenômeno mais importante a notar é a perda das flexões: só há oposição entre a 1ª e as demais pessoas: *eu amo, tu ama, ele ama, nós ama, eles ama*. No pret. perf., a terminação *-ram* de 3ª pess. do pl. reduz-se a *-ro*: *amaro, comero, saíro*. O mais-que-perfeito simples está quase esquecido; sobrevive em certas expressões exclamativas: *tomara! pudera! quem me dera! quem haverá (por houvera) de dizê!* Os verbos com *ei* e *ou* na penúltima sílaba reduzem esses ditongos a *ê* e *ô*, e passam a seguir a conjugação de verbos como *e e o* fechados na penúltima sílaba: *penêro (e não peneiro), róbbo (e não roubo)*. Mas, em relação a *ei*, o fenômeno não é geral; cfr.: *cheiro (ou chêro) e não chêro*. As observações sobre os verbos irregulares são numerosas e estão acrescidas em B; mas, em muitos casos (*pasmo* por *pasmado*, *pôde* por *pude*, *entreti* por *entretive*), as formas condenadas podem-se ouvir mesmo da boca de pessoas cultas). O próprio Nascentes, nessa parte da Morfologia, refere-se frequentemente à fala das pessoas semicultas. É assunto para apreciação mais demorada. Mas há um ponto a respeito do qual desejamos fazer pequeno comentário. Trata-se da explicação sobre a origem da forma popular *vim*, do infinitivo, em lugar de *vir*. Nascentes assim a vê: “A forma *vim*, do infinitivo, tem base no arcaico *viir*, com til no primeiro *i*, escrito *viinr* em Fernão Lopes, Crônica de D. João I, I, cap. IX” (B 108). Em A, a explicação era outra: “com a nasal que aparece em toda a conjugação quase” (57).

Confessamos que nos parece difícil de aceitar a conservação de tal arcaísmo no linguajar carioca. Do infinitivo *vir* deveríamos ter regularmente *vi*, com a queda do *r* final. A nasalação deve ser posterior, e não é de afastar a explicação de A, pelo eco das muitas formas com vogais nasais. Em particular, a 1ª pess. do sing. do pret. perf., que é exatamente *vim*. Essa forma, de uso freqüente, devia perdurar na memória do falante de pouca instrução, ao pretender empregar o infinitivo. Demais a nasalação de um *i* tônico final, como se sabe, é tendência da língua, desde o monossilábico *si* na sua passagem para *sim*. Outros exemplos: *amendoim* (palavra de origem túpica, que tem por antepassado mais próximo as formas *mendobi* ou *mendubi*), *rubim* por *rubi*, *sagüim* por *sagüi*.

No capítulo das preposições, pouca coisa há que apresentar. Nasc. destaca *intê por até* (Em B aponta a sua existência em Portugal) e a contração da expressão *por amor de* em *prumode*.

Na relação dos advérbios, não há muita coisa de especial: *despois*, um arcaísmo, *tombém* ou *tamém* (forma esta que ocorre igualmente em Portugal, onde se nota a assimilação *mb* > *mm* > *m*, normal no castelhano), *simbora* por *embora* (*vou simbora*, decorrente de uma aglutinação: *foi simbora*). Diz Nasc. em B que “O povo quase não emprega advérbio em *-mente*” e que prefere usar o adjetivo que lhe corresponde. Talvez porque, um tanto longos, sejam sentidos como pouco expressivos. Alude ainda ao *mais* por *já* (*Não chove mais* por *Já não chove*) e às formas diminutivas de muitos advérbios: *agorinha, cedinho, pertinho, devagarinho*. Atualmente generalizou-se o *rapidinho*. Mais como gíria da juventude do que forma popular é o uso impróprio semanticamente da locação *de repente*, mesmo quando não se trata de algo inesperado. Ex.: “De repente desisto do passeio e volto a estudar”. Notei outrossim a falta do popular *onte-onte* por *ante-ontem*.

No tocante às conjunções, também não há muito que respirar: *mas porém* (outro uso arcaico), *de formas que, de maneiras que* (nas classes semicultas).



Interjeição, menos ainda. Ao quase nada que Nasc. coligiu podemos acrescentar duas interjeições muito em uso atualmente, em formas de cumprimento: *ô!* de saudação e *ciao!*, de despedida.

Quanto à *Formação de palavras* e ao *Léxico*, é matéria de que trataremos em outra oportunidade. À parte sintática, porém, faremos algumas observações.

De início tece Nascentes breves considerações de caráter geral, expostas em A e mantidas em B. Diz, p. ex., que “o que hoje é considerado errôneo, daqui a séculos será uma linguagem castiça onde por sua vez novos solecismos hão de surgir porque, embora daqui até lá talvez não haja mais analfabetos, sempre haverá uma classe que fale bem e outra que se exprima menos bem” (A 61; B 119). Em A destacava por pioneiros, dentro os que se teriam dedicado mais à sintaxe, a José Jorge Paranhos da Silva e Antônio Mauro. Em B suprimiu-se esse parágrafo.

Na sintaxe do substantivo e do adjetivo pouco respiga. Salienta apenas o comparativo redundante de *mais maiô*, *mais piô*, para o qual vê um equivalente na língua culta em *mais superior*, *mais inferior*.

Quanto à sintaxe do pronome, diz nela encontrar farta messe.

O pronome reto da 3ª pess. (*ele, ela, eles, elas*) na função de objeto direto não poderia deixar de ocupar a boca da cena. De fato, o fenômeno já vem do português arcaico, como salientou Sousa da Silveira. Nascentes cita ainda um passo da *Réplica*, de Rui, onde chovem exemplos do quatrocentista Fernão Lopes. Em B desenvolve mais a questão. Diz que o fato chamou a atenção dos filólogos portugueses, e cita Júlio Moreira, nos *Estudos*, e Leite de Vasconcelos, na *Esquise*. Prefere, porém, a opinião de Amadeu Amaral, manifestada no *Dialeto Caipira*, de que o fenômeno brasileiro é independente do europeu e, como tal, não mantém relação de continuidade com o passado. Rechaça a opinião de Oskar Nobiling, in *As cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade*, de que o emprego de *ele* acusativo no ptg. arc. era enfático, o que não se dá no português-brasileiro, e assim argumenta:

Para que o emprego brasileiro fosse um arcaísmo, seria necessário que estas formas enfáticas fossem dominando na linguagem a ponto de sobrepujar em número as formas comuns e isto precisamente não se deu. (B 124)

Quando Nascentes fala em “dominando na linguagem”, tem em vista obviamente a “linguagem portuguesa”.

Contesta Nascentes também a Paiva Boléo, que, em seu *Brasileirismos*, viu a construção brasileira como uma redução de frases como “*leve-a a ela*”. É que, como observa Nascentes, tais construções não são (e creio mesmo que nunca foram) correntes no Brasil.

Quase da mesma opinião de Paiva Boléo é Giovanna Aita, que, em artigo “Il portoghese del Brasile”, vindo a lume em *Cultura Neolatina*, vê a construção brasileira como resultante da queda da preposição *a* em frases como *vi a ela*. Inaceitável pelas mesmas razões, sublinha Nascentes.

Eduardo Carlos Pereira, em sua *Gramática Histórica*, assume uma posição eclética, como a classifica Nascentes. É a seguinte:

A pronúncia do pron. oblíquo *o, a, os, as* é muito pouco nítida, de onde ambigüidades como: *vi-o e viu, eu o vi e eu ouvi*. Então o povo, movido pelo imperativo da clareza, por instinto ou atavismo, lança mão do uso arcaico do pronome reto.

Como a pronúncia obscura do pronome átono é a mesma em Portugal e no Brasil, segue-se que a explicação peca pela base, porque idênticas ambigüidades devem existir tanto lá quanto cá. Seria, pois, até mais natural que os portugueses se desvencilhassem do embaraço, apelando para a continuidade do uso arcaico. Na verdade, o uso do pronome reto em função de complemento direto é corrente em todo o Brasil, quer nas classes cultas, quer nas populares. É até assim que se exprimem as personagens das novelas televisivas, ainda quando pertencentes à classe alta. Por isso Nascentes não se pejou de afirmar:

Confesso que na linguagem familiar não falo de outro modo, mesmo porque sinto um tom pouco brasileiro no emprego dos pronomes átonos *o, a, os, as*. (B 127)

Esse trecho não consta em A.

Sobre o problema, convém ler de Mattoso Câmara Jr. o estudo “Ele comme un accusatif dans le portugais du Brésil”, publicado primeiramente no vol. I da *Miscelânea Homenaje a André Martinet* e depois reproduzido, em tradução portuguesa, nos *Dispersos*.

Outro emprego, que Nascentes em A chama “brasileirismo”, mas, em B, com mais propriedade, “comum também, no Rio de Janeiro”, é o de *lhe* como objeto direto: *eu lhe vi*. A explicação do Dr. Paiva Boléo, que Nascentes recusa, é a de que, assumindo *lhe* a função de objeto direto, *o, a, os, as* tenderam a desaparecer; a clareza tendia a eliminar o pronome que tinha semelhança com o artigo. Nascentes, porém, argüi que *o, a, os, as* já haviam desaparecido, de modo que *lhe* ficou sozinho em campo. No seu entender, *lhe* permaneceu por analogia com *me e te* como acusativos. Contudo é bom lembrar, como fez Sousa da Silveira (e Nascentes se reporta ao fato em A e B), que no português clássico houve muita hesitação entre *o e lhe* para complemento de certos verbos (*igualar, obedecer, resistir, perdoar, socorrer*). Mas, como pondera Nascentes em A, não há necessidade de recorrer à continuidade da sintaxe antiga para explicar o fenômeno. Cumpre, aliás, notar que *lhe* se usa como objeto direto em relação à pessoa com quem se fala e *ele*, para a pessoa de quem se fala. É que, tendo sido *o(s), a(s)* substituídos por *ele(s), ela(s)*, pronomes da pessoa de quem se fala, ficou vago o lugar correspondente à pessoa com quem se fala, que foi preenchido pelo pronome *lhe* (a analogia pode ter concorrido para isso). A função de dativo passou a ser exercida, além de *lhe* por *a ele ou pra ele*. Não há dúvida de que assim a língua portuguesa ganhou em clareza, pois construções como *Eu o vi ontem na Cinelândia* são ambíguas (tanto podem referir-se à pessoa com quem se fala como à pessoa de quem se fala). Nascentes lembra, com razão, o fenômeno do *leísmo* em espanhol, onde o pronome *le* (equivalente ao nosso *lhe*) pode exercer a função de objeto direto, quando se refere a pessoas do gênero masculino.

Quando o pronome pessoal é sujeito do infinitivo de verbos dependentes dos auxiliares modais *deixar, mandar, fazer* e outros como *ver e ouvir*, pode-se dizer que, em todo o Brasil, é geral o uso da forma reta e não oblíqua do pronome pessoal: *manda ele sair, deixa eu dormir*. É que todos sentimos af o pronome como sujeito do infinitivo e não como objeto direto do auxiliar.

Nascentes ocupa-se ainda com formas inaceitáveis na gramática da norma culta, ou seja, frases do tipo *Isto é para mim fazer*, em vez de *para eu*. É evidente que o povo sente o *para* como regente do pronome e não de toda a oração infinitiva, como realmente é o caso. Entretanto esse fato, detectado na área carioca por Nascentes e na área caipira por Amadeu Amaral, segundo Mário Marroquim, é desconhecido no Nordeste (1934: 175).

Ocupa-se também Nascentes com o uso de *si e consigo* sem valor reflexivo e em relação à pessoa com quem se fala. Em B, o tema vem tratado com mais desenvolvimento, mas a conclusão é a mesma. Em A dizia Nascentes que construções que tais são correntes, mais em Portugal que no Brasil (p. 68), mas em B restringe o emprego às classes semicultas. Observa que os gramáticos brasileiros, via de regra, condenam a construção, exceto E. C. Pereira (*Gram. Exp.*), que vê até vantagem nessa prática quando o sujeito é da 1ª pessoa. Todavia, como salienta o próprio Nascentes, Mário Barreto, em *De Gramática e Novíssimos*, defende-se por haver traduzido a frase francesa “avoir une explication avec vous” por “ter uma explicação consigo”, carreado exemplos de Camilo, é verdade que em linguagem familiar dos personagens. Também Otoniel Mota observa que tal emprego é igualmente de uso no Brasil, não só na fala do vulgo (melhor seria dizer, com Nascentes, dos semicultos), mas dos próprios homens de letras, em estilo epistolar. Exemplos clássicos, aduzidos por Otoniel Mota e Leite de Vasconcelos, Nascentes não os aceita, por não ocorrerem em interlocução. Cita então duas passagens de Herculano, onde aparece *si* na interlocução. Contudo a sua opinião é a de que “É escusado querer filiar ao latim ou aos escritores antigos um fenômeno de que só aparecem formas reais no século XIX” (B 135). Na

sua opinião, trata-se de um caso de analogia sintática. Quer dizer, tipos de concordância como *você... seu*, teriam levado a *você... consigo*. Note-se que, em latim, *suus* também era reflexivo, mas deixou de sê-lo em português. O mesmo está acontecendo com *si e consigo*. Demais há casos em que *si e consigo* referem-se à pessoa com quem se fala, mas se usam “corretamente”, pois têm valor reflexivo: Ex.: “Meta-se consigo!”. Outro aspecto do problema é o seu valor como forma de tratamento: *com você* é muito coloquial; *com o Sr.*, cerimonioso; a “saída” é apelar para o *consigo*. Nascentes traz ainda, em B, à colação, pareceres de vários estudiosos, como o Dr. José Maria Rodrigues, Said Ali, Leo Spitzer, Jorge Daupias, J. J. Nunes, Agostinho de Campos, Rodrigues Lapa, Holger Sten, Harri Meier. Até o estilo indireto livre, a *erlebte Rede*, foi invocado para dar conta de tão intrigante emprego... Apesar de tudo, a conclusão de Nascentes não mudou:

Não houve sobrevivência de nenhuma regra românica porque a sintaxe é moderna, datando do século XIX, como demonstramos.

Nada tem com a “erlebte Rede” porque ela brotou espontaneamente no discurso direto.

Logo, escusa de procurar raízes românicas nem conexão com o estilo indireto livre.

A solução está mesmo na analogia. (B 141)

Passa Nascentes a seguir a tratar da “magna questão da colocação dos pronomes átonos”, onde, como diz é grande a divergência entre o falar brasileiro (e não só carioca) e o de Portugal. Em A manifestou esta opinião: “O melhor ponto de vista nos parece ser o de Said Ali, que<sup>d</sup> explica o caso por uma questão de fonética” (69-70). Em B, modifica um pouco a sua posição: “Os melhores pontos de vista sobre a questão parecem-nos os de Said Ali e Silva Ramos” (143). Na verdade, ambos são concordantes: o trabalho de Said Ali foi publicado primeiro na *Revista Brasileira* (1895), depois incluído nas *Dificuldades da língua portuguesa* (1<sup>a</sup> ed. 1908); o estudo de Silva Ramos pode ler-se em *Pela vida fora...* (1922). A concordância está em se deslocar o problema do campo da Sintaxe para o da Fonologia. De Said Ali, p. ex., é esta afirmação:

Fundando-se ela (a colocação portuguesa) na pronúncia própria do falar lusitano, impossível será haver entre nós identidade de colocação, se não é idêntica a pronúncia.

E, quanto a Silva Ramos, pode-se ler isto, transcrito em Nascentes:

Ora, tentar reduzir o ritmo, o número, a cadência da linguagem brasileira ao ritmo, ao número, à cadência da linguagem (portuguesa) é irracional empreendimento. (B 146)

João Ribeiro foi outro que assumiu idêntica posição. Em *Cartas devolvidas*, 137, disse isto: “A questão do pronome é toda prosódica, e desse caráter prosódico é que deriva a construção sintática”.

Lembra ainda Nascentes que Gonçalves Viana, Cândido de Figueiredo, Renato Mendonça atribuem a colocação brasileira à influência africana. A isso objeta Nascentes:

Se tais conjecturas fossem baseadas em estudos feitos sobre o ritmo nas línguas africanas, seriam admissíveis sem contestação, mas de fato não o são. (B 149)

Nascentes admite, porém, uma influência indireta afro-índia: o substrato índio e o superstrato africano teriam desmantelado a cadência lusitana (o que, reconheçamos, é admitir um ritmo afro-índio diferente do ritmo lusitano). A conclusão de Nascentes, que é também uma recomendação, é a seguinte:

O que devemos fazer é suprimir das nossas gramáticas\* este emaranhado de regras dificultosas\*\*, inúteis, inoperantes. (B 150)

Outra construção, que não é só pan-brasileira, mas que ocorre também em Portugal é a de frases ditas passivas pronominais, com verbo no singular e “sujeito” no plural: *Vende-se casas, aluga-se pianos*. Nascentes pondera, com justa razão, que aqui o povo caminha numa direção e as gramáticas em outra: Cita a respeito, em B, a opinião do filólogo português Rodrigues Lapa, que procura, em sua *Estilística da língua portuguesa*, dar ao fenômeno uma explicação de teor psicológico: confusão entre a construção reflexa e a passiva.

Pensamos também que já é tempo de dar guarida a tal construção na norma culta. Os gramáticos teriam de aceitar que um verbo transitivo admite a indeterminação do sujeito por meio do pronome *se* (o que já se dá com os verbos copulativos): “Quando se é feliz”.

Outra construção, que transborda das fronteiras nacionais (existe em espanhol, francês, italiano e até árabe), é aquela em que o pronome relativo *se* desdobra em conectivo + pronome, tipo *A casa que eu morei nela*. Uma variante ocorre com o uso de um possessivo, como nestes versos dos *Lustadas*:

Desta o pastor nasceu *que* no seu nome

Se vê que de homem forte os feitos teve, (III, 22)

De onde se constata que o emprego também é literário.

Atualmente evita-se tal construção na norma culta, principalmente escrita; mas, na fala coloquial, é de uso.

Caso a que não podemos deixar de fazer referência é o de *ter* por *haver* impessoal. Como se sabe, o uso é geral no país e já atingiu o nível literário. Mais do que famosos são estes versos de Carlos Drummond de Andrade: “No meio do caminho *tinha* uma pedra”.

A melhor explicação para o fato parece estar mesmo na equivalência com o que ocorreu com o verbo *habere* do latim na passagem para as línguas românicas: esp. *hay*; fr. *il y a*, ptg. *há*. É o que também pensa Nascentes, tanto em A quanto em B. Mas em B foi mais explícito:

A substituição de *haver* impessoal por *ter* nada apresenta de espantoso. A significação primitiva de *haver* é *ter* (cfr. ital. *avere*, fr. *avoir*). *Haver* foi perdendo esta significação que depois do século XVII a perdeu de todo. Em compensação *ter* foi invadindo a esfera de *haver* a ponto de substituí-lo quase completamente na formação dos tempos compostos. Não admira que usasse também a função impessoal. (163)

Note-se, porém, que está em curso uma tendência contrária: a da *personalização de haver* no sentido de *existir*. Aliás, a sinonímia (*existir* é verbo pessoal) já é parte da explicação do fato. O uso pessoal vem da língua antiga. E chegou até o séc. XIX; Camilo, Eça, Machado, entre outros, como se sabe a praticaram. A reação gramatical, porém, conseguiu normalizar tal emprego.

Outro pecado coloquial dos brasileiros (não só dos cariocas) é o da mistura de tratamento. Usa-se, p. ex., o pronome da 3ª pess. (*você*, quase sempre), mas a forma oblíqua ou o possessivo que aparecem são, muitas vezes, da 2ª pess. Ex.: “Você quer me emprestar teu guarda-chuva?” Para Nascentes, que pouco desenvolve o tema, tanto em A quanto em B, isto “É um vestígio da vitalidade do pronome da segunda pessoa do singular” (A 74; em B 161, fala-se apenas em “um resto de vitalidade”).

“Os verbos de movimento são construídos com a preposição *em* e não com *a*: *Fui na casa* de José (A 81). “Verbos de movimento aparecem construídos com a preposição *em* e não com a preposição *a*, em todas as classes” (B 171). Também aqui o uso é nacional e não regional. Nas-

\* No texto gramaticais

\*\* No texto dificultosa

centes observa que “O fenômeno é tão brasileiro (sic) que o emprego de *a (...)* dá um tom lusitano à frase” (B 171). Eis mais alguns trechos de Nascentes em B:

Os verbos principais em que o fenômeno aparece são os dois exemplificados: *ir e chegar*. (171)

Muitos verbos de movimento eram construídos com *em* no português arcaico e alguns ainda o são até hoje: *sair, passar, saltar, tornar, volver*. (172)

O predomínio da construção com *a* junto de *ir* é de *chegar* em Portugal prova cabalmente que com estes dois verbos desapareceu a construção com *em*, a qual vem surgir no Brasil como um fenômeno novo. (173)

De fato, no Rio de Janeiro, é comuníssimo ouvir as construções *ir em, chegar em*. A expressão *chegar a casa*, p. ex., é praticamente inusitada; empregá-la provoca até estranheza. Já com o verbo *ir*, as pessoas cultas evitam, pelo menos a freqüência de um *ir no cinema, ir na cidade*.

A seguir, Nascentes estende, tanto em A como em B, a observação aos verbos *estar e sentar-se*. Mas, como de praxe, em B é mais detalhado. Observa então que dizer *estar à porta* (por *na porta*) ou *à janela* (por *na janela*) dá um tom lusitano à fala. Já em *sentar-se na mesa* (por *à mesa*) faz o reparo de que, nesse caso, o uso de *em* seria vexatório, porque “*na mesa... seria em cima da mesa, o que na realidade não se verifica*” (174).

Uma última observação. Trata-se do conhecido uso do verbo no plural concordando com um sujeito coletivo no singular, v.g., *o pessoal saíram*. Tal emprego, na norma culta, só se justifica em determinadas construções sintáticas e por motivos realmente estilísticos. Fora daí é solecismo.

Se nos detivemos nessa primeira contribuição dialectológica de Antenor Nascentes, é que constitui ela original impulso no sentido do melhor conhecimento da realidade lingüística brasileira. Mais de uma vez vimos Nascentes estender a praticamente todo o Brasil as observações que vinha fazendo sobre o falar carioca, quer ao nível coloquial, quer ao popular. É a confirmação daquela óbvia constatação de que tenho sido impenitente pregoeiro: a da notável unidade lingüística do Brasil, quer ao nível culto, quer ao popular. Outra conclusão é a do interesse de um estudo comparativo das duas edições do *Linguajar*, do qual emergiriam os novos aportes trazidos por Nascentes ao problema, bem como as alterações introduzidas em dados e interpretações, decorrentes dos progressos advindos no campo da Dialectologia.

Da década de 20 em diante, os avanços nos estudos dialectológicos deveram-se principalmente aos novos métodos da Geografia Lingüística inaugurados pelo lingüista suíço-francês Jules Gillieron, com o seu *Atlas Linguistique de la France*, 1902-1910. Com a irrupção da 1ª Guerra Mundial, 1914, terminada em 18, só na década de 20 é que os novos métodos puderam desenvolver-se. Entre nós, o Prof. Renato Mendonça, em seu livro *O português do Brasil*, 1946, foi um dos primeiros a divulgar os princípios da Geografia Lingüística. No meu livro, *Orientações da Lingüística Moderna*, 1ª ed., dediquei todo um capítulo ao novo método. Serafim da Silva Neto, nesse domínio como em muitos outros, verdadeiro animador e precursor, em seu *Manual de Filologia Portuguesa*, mais conhecido entre nós pela 2ª ed. de 1957, expôs com meridiana clareza e precisa competência, os objetivos e alcance da escola gillieroniana. Antenor Nascentes não passou ao largo desse novo enfoque do material dialectológico. Membro da Comissão de Filologia do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, promoveu, em 1954, a vinda ao Brasil do então maior conhecedor das pesquisas realizadas e em curso no campo da Geografia Lingüística, o professor romeno, mas na ocasião lecionando em Lovânia, Sever Pop. O curso não produziu os resultados esperados, comenta Nascentes, certamente porque ainda na década de 50, não havia sensibilidade no Brasil universitário para esse gênero de pesquisas. Nascentes, porém, não nos negou a sua contribuição. Para o futuro *Atlas Lingüístico do Brasil*, ainda hoje uma aspiração, preparou as *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*. São dois opúsculos,

respectivamente com as datas de 1958 e 1961. No primeiro, sugere um Questionário e Pontos para o inquirido. No segundo, já apresenta uma série de perguntas com que preencher o Questionário e um elenco de palavras e expressões que poderão constituir lemas para as cartas. Não esteve, portanto, Antenor Nascentes afastado dos progressos da Dialectologia de seu tempo.

Em trabalhos esparsos, artigos, colaborações, ocupou-se Nascentes em muitas ocasiões com problemas dialectológicos. Sirvam de exemplo:

“El tratamiento de “señor” en el Brasil” (separata dos *Anales de la Facultad de Filosofia y Educación de la Universidad de Chile*, 1936).

“Português em boca de estrangeiros” (*Miscelânea de estudos em honra de Manuel Said Ali*, 1938).

*Difusión de la lengua portuguesa en el Brasil* (tradução e notas de Alarcón Fernández, publicada pela Divisão de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores, 1944).

“Fórmulas de tratamento no Brasil nos séculos XIX e XX” (separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, III, 1950).

“A pronúncia brasileira da língua portuguesa” (separata da *Miscelânea Adolfo Coelho*, Lisboa, 1950).

“Etudes dialectologiques au Brésil” (separata de *Orbis*, tomo I, nº 1; tomo II, nº 2. Lovânia, 1952, 1953).

“Particularidades fonéticas do português do Brasil” (*Mélanges de Linguistique et de Philologie Romanes dédiés à la mémoire de Pierre Fouché*, Paris, Klincksieck, 1970).

Poremos, agora, como fecho desta panorâmica exatamente o capítulo inicial do *Linguar*. Trata-se de uma síntese muito criteriosa sobre a situação presente da língua portuguesa no Brasil. Foi das partes da 1ª edição do livro a que Nascentes menos retocou; pode-se até dizer que a deixou intata. Na 1ª ed. o capítulo intitulava-se *O dialecto brasileiro*; na segunda, passa a chamar-se *O falar brasileiro*. Na 2ª ed., Nascentes desdobrou em dois o referido capítulo inicial, no que andou muito bem. O primeiro é o citado *O falar brasileiro*, o segundo passou a ter o título: *Posição do linguar carioca no conjunto do falar brasileiro*. Iremos restringir-nos ao capítulo inicial: os outros já apreciamos.

*O falar brasileiro* reproduz, como dissemos, *O dialecto brasileiro*; apenas no ponto em que Nascentes fez o corte para dividi-lo, após ele pequeno acréscimo, cujo sentido iremos apreciar.

A designação de “idioma nacional” que Nascentes escolheu para caracterizar o português do Brasil nada tem de chovinista. Sabia muito bem o nosso dialectólogo que o falar brasileiro era simplesmente uma variedade atlântica do português europeu; nada, portanto, que justificasse a teoria de um rebento à parte seccionado da raiz latino-ibérica para aqui transplantada. Deixemos, porém, falar o Mestre (as transcrições são da 2ª ed.):

É fato por demais sabido que, mesmo dentro do próprio território, por diversas causas entre as quais sobressaem a lei do menor esforço e a necessidade de clareza da expressão, as línguas tendem a alterar-se. (9)

As principais causas destas alterações são de ordem etnológica e de ordem mesológica; só um apurado estudo pode fixá-las de modo preciso. (9)

Nem que fosse falada apenas por portugueses e seus descendentes puros, nem por isso deixaria ela de alterar-se graças às causas que apontamos acima; mas a língua portuguesa no Brasil sofreu grandes alterações porque teve de ser aprendida por homens de duas raças que falavam línguas de estrutura inteiramente diversa do tipo flexional. (9)

Como se vê, é praticamente simultânea a aprendizagem do português pelo índio e pelo negro. (10)

O afastamento da metrópole, a independência política e outras causas tornaram autônomo o português do Brasil. (10)

Aqui Nascentes introduz a famosa frase de João Ribeiro de que a língua nacional é essen-

cialmente a língua portuguesa, emancipada e livre nos seus próprios movimentos.

São do mais alto valor científico os casos de patologia lingüística apresentados pelos dialetos; têm mais importância do que as questões fúteis sobre colocação de pronomes e outros assuntos. (12)

Neste ponto, Nascentes insere longa citação de Leite de Vasconcelos, na qual se defende importância e o caráter científico dos estudos dialectológicos.

Em que consistem as diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal?

A diferença mais notável (da língua das colônias e ex-colônias) relativamente aos românicos europeus dá-se naturalmente no vocabulário, por isso que a peculiar cultura destes países quase os obriga a receber muitas palavras estranhas.

A evolução fonética e a constituição das formas revelam, pelo contrário, tendências que não se diferenciam essencialmente das que se observam nos dialetos da língua mãe; e, às vezes, apresentam também um grande senso conservador. (14-15)

As causas etnológicas de alteração do português do Brasil cumpre adicionar as que começaram a atuar no século XIX: a imigração italiana em S. Paulo, a polaca no Paraná e a alemã em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Não podemos prescindir também do castelhano das fronteiras. (15-16)

Na p. 16, pergunta Nascentes: “Que nome dar ao português falado no Brasil?”. E a resposta vem, na página seguinte, nestas linhas:

É muito difícil, como observa Paiva Boléo, estabelecer distinções objetivas entre dialeto e falar, mas, em todo caso, há menos inconveniente em chamar falar do que em chamar dialeto.

Sobre as citações supra, algumas breves considerações.

Para as alterações sofridas no Brasil pelo português europeu, aponta Nascentes como causas externas as etnológicas e mesológicas. As causas etnológicas são aquelas que resultam do contato de línguas pertencentes a povos de etnias diferentes, como os indígenas autóctones ou os africanos transmigrados. Na verdade, tais causas são menos etnológicas que estruturais, o que não escapou ao saber lingüístico de mestre Nascentes, ao salientar que a língua portuguesa no Brasil sofreu grandes alterações “porque teve de ser aprendida por homens de duas raças *que falavam línguas de estrutura inteiramente diversa do tipo flexional*” (o sublinhado é meu).

Em relação às causas mesológicas, sabemos que são inegáveis, mas difíceis de detectar. Saussure, não se ignora, reduzia praticamente o espaço ao tempo: “entregue a si mesmo”, dizia, “(o espaço) não pode exercer nenhuma ação sobre a língua” (CLG: 270). Aliás, é claro que, sem o fator tempo, as causas etnológicas e mesológicas deixam de ter sentido. Todas essas causas, porém, não produziram um novo idioma românico em terras americanas: as principais alterações se deram no léxico; os sons e as formas (fonologia e morfologia) não se afastaram da evolução geral da língua. E Nascentes que, na 1ª ed., usara do termo “dialeto”, agora, na esteira de Paiva Boléo, prefere dizer “falar”. E o que é *falar* para Paiva Boléo? Eis o que nos diz o catedrático de Coimbra em *Brasileirismos (problemas de método)*.

Prefiro a expressão *falar* à de *subdialeto*, em virtude de esta deixar supor que se trata de uma subdivisão do dialeto. Ora o falar é que é mais amplo. Partindo do geral para o particular, nós teremos, na terminologia que adoto: *língua, falar, dialeto*, podendo ainda admitir o *subdialeto*, mas em sentido diferente do de Gabelentz. (16)

Quer dizer, há internamente uma distância maior entre a língua e o dialeto do que entre a língua e o falar. De onde, aplicando o critério à variedade brasileira, cabe melhor a designação de *falar*, porque as variedades regionais pouco se diferenciam da língua padrão. O que equivale a reconhecer a sensível unidade lingüística da língua portuguesa do Brasil.

Igualmente, no que tange à questão da chamada “língua brasileira”, nada se contém no *Linguajar* que possa levar a tal conclusão. Pelo contrário, e, em outras obras, foi Nascentes bem explícito. Veja-se, p. ex., como se manifestou nos *Estudos Filológicos* (1939):

São muitas as divergências entre o nosso falar e o de Portugal, mas não são de natureza tal que determinem uma barreira lingüística entre os dois países. (17)

Os falares das duas nações continuarão sempre a constituir uma língua como hoje constituem?

Algum dia surgirão fenômenos que dêem a cada um a característica de língua à parte?

Tudo indica como mais provável o *statu-quo*: o nosso falar sendo uma variante do lusitano. (19)

Embora não tivesse a Dialectologia ocupado posição central em sua obra filológica, Nascentes trabalhou no setor com segura consciência profissional, inegável originalidade, carreando dados e firmando posições que lhe deram extraordinário relevo entre os que, infelizmente poucos, se vêm ocupando com a matização do mapa lingüístico do Brasil.

Neste momento, em que procuramos prestar singela mas expressiva homenagem àquele que soube honrar, pelo saber e dignidade de vida, a cultura brasileira, é bom que o recordemos às novas gerações, como exemplo e alento na caminhada que já encetam em busca de um ideal de vida, onde não poderão faltar o amor da Pátria, o apelo da cultura e o respeito às formas civilizadas da convivência social.